

SALÁRIOS, LUCROS E INFLAÇÃO

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Folha de S. Paulo, 16.09.1979

As altas taxas de inflação atuais, que ameaçam desorganizar a economia brasileira, derivam da incapacidade do Governo de funcionar como árbitro no processo de distribuição de renda. Ou, em outras palavras, são fruto da crise de legitimidade do Governo, que o impede de exercer o poder, definindo as modificações necessárias na participação relativa dos salários e dos lucros na renda nacional.

A inflação em setembro de 1979 apresentou uma taxa de crescimento de praticamente 8 por cento. Esta é provavelmente a taxa mensal de crescimento dos preços mais elevados da história deste país. E já parece certo que 1979 terminará com um índice de inflação em torno de 60 por cento. Este índice só foi superado, anteriormente, em 1964, quando a inflação alcançou 91 por cento.

Estes fatos deixam claro que o Governo está perdendo o controle da economia nacional. Não há dúvida que a inflação em um país como o Brasil tem causas estruturais, de forma que provavelmente teremos que conviver com taxas anuais de crescimento dos preços de cerca de 20 por cento ao ano. Taxas dessa grandeza são normais para uma economia dinâmica, em que o processo de acumulação de capital ocorre nos quadros de um mercado cheio de imperfeições e inflexibilidades. Mas quando a taxa de inflação alcança os níveis atuais, não só o fenômeno deixa de ser normal, torna-se patológico, mas também as causas estruturais deixam de ser suficientes para explicar o fenômeno. Estes fatos deixam claro que o Governo está perdendo o controle da economia nacional. Não há dúvida que a inflação em um país como o Brasil tem causas estruturais, de forma que provavelmente teremos que conviver com taxas anuais de crescimento dos preços de cerca de 20 por cento ao ano. Taxas dessa grandeza são normais para uma economia dinâmica, em que o processo de acumulação de capital ocorre nos quadros de um

mercado cheio de imperfeições e inflexibilidades. Mas quando a taxa de inflação alcança os níveis atuais, não só o fenômeno deixa de ser normal, torna-se patológico, mas também as causas estruturais deixam de ser suficientes para explicar o fenômeno.

O ministro Delfim Neto, ao ser anunciada a taxa de inflação de setembro, atribuiu o fenômeno à política salarial, que estaria permitindo elevação dos salários a taxas de 75 por cento ao ano, muito superiores à taxa de inflação, e ao déficit de caixa das empresas estatais que são financiadas por empréstimos internacionais (jornais de 4 de outubro de 1975). O Ministro do Planejamento não deixa de ter alguma razão. Sua análise, entretanto, tem o defeito de explicar o fenômeno sem descer às suas causas básicas. Ao diagnosticar a causa da aceleração da taxa inflacionária como sendo a elevação da taxa de salários ele está identificando o fenômeno novo ocorrido na economia nacional, que foi o crescimento do poder de barganha dos trabalhadores organizados. Taxas de inflação de 30 ou 40 por cento, ocorridas até 1977, não podiam ser explicadas em termos de elevação de salários, já que a taxa média de salários no Brasil, desde o fim dos anos cinquenta, cresceram consistentemente menos do que a taxa de aumento de produtividade. Pelo contrário, em certos períodos, especialmente entre 1964 e 1967, foi uma violenta redução nos salários reais que se constituiu no instrumento fundamental de política econômica anti-inflacionária. Entretanto, a partir de 1975 e principalmente de 1978 a situação modificou-se. Os trabalhadores organizados conseguiram elevações salariais acima da elevação do custo de vida mais a última taxa anual de crescimento da produtividade. Este fato seria, portanto, um dos fatos novos a explicar o aumento da inflação, seu salto de 40 para 60 por cento, que vem ocorrendo recentemente.

Na verdade esta explicação apreende apenas uma parte da realidade. Não há dúvida de que a elevação dos salários reais além da taxa de aumento de produtividade tem efeitos inflacionários, mas esses efeitos serão neutralizados se concomitantemente baixam as taxas de lucro. Em última análise, a renda nacional é constituída de salários e lucros. Quando os salários, em um ano, aumentam mais do que a produtividade, os lucros diminuem. Para impedir que isto aconteça, para defender sua taxa de lucro, as empresas aumentam seus preços correspondentemente, acelerando-se o processo inflacionário. Entretanto, se a taxa de lucro média da economia for suficientemente alta para que possa

baixar sem prejuízos para a taxa de acumulação de capital, absorvendo os aumento de salários, estes não serão inflacionários, ou pelo menos, terão um efeito inflacionário muito menor.

Ora, no Brasil existe ampla margem para baixarem as taxas de lucro. Por outro lado é preciso considerar que, depois de quase 15 anos de regime ditatorial, o autoritarismo político do regime foi significativamente abrandado pela extinção do Ato 5. Esse período foi também marcado por uma sistemática política de compressão salarial. Em alguns breves momentos, inclusive em 1967, logo após o atual Ministro do Planejamento haver assumido o Ministério da Fazenda, houve uma pequena descompressão, ou pelo menos uma descompressão relativa. Mas a tônica de todo o período foi autoritarismo político e compressão salarial. O objetivo declarado era combater a inflação, o motivo real era aumentar a taxa de acumulação do sistema.

Com a abertura política era absolutamente natural e predizível que os trabalhadores procurassem recuperar um pouco do que perderam. As reivindicações salariais inscrevem-se dentro dessa racional elementar. Se os trabalhadores perderam, os capitalistas e a alta tecnoburocracia ganharam, os primeiros em termos de lucro, os segundos na forma de ordenados elevados. No entendimento simples e objetivo dos trabalhadores, seria razoável agora que, por algum tempo, o processo se invertesse, e os lucros e ordenados perdessem um pouco para os salários. Só assim seria possível redistribuir um pouco melhor a renda neste país. E hoje há uma tomada de consciência nacional de que é preciso caminhar nessa direção, na medida em que o Brasil é um dos países de renda mais concentrada do mundo.

A causa da aceleração da taxa de inflação, portanto, está muito mais na resistência das empresas de reduzir seus lucros, dos capitalistas inativos ou rentistas de reduzir seus juros e dos altos tecnoburocratas de reduzir seus ordenados, (juros e ordenados constituem-se em deduções da taxa de lucro) do que na elevação dos salários reais. Isto é especialmente verdadeiro se lembrarmos que o processo de concentração de renda implicou em um aumento das taxas de lucro, juros e ordenados. O Brasil está entre os países em que estas taxas são mais altas. Existe, portanto, possibilidade de reduzir essas taxas sem que o

investimento seja desestimulado, reduzindo-se apenas o consumo de luxo das classes dominantes burguesas e tecnoburocráticas.

Mas, para alcançar esse objetivo é preciso uma liderança política efetiva. Imaginar que o mercado possa realizar essa tarefa é tolice em um país como o Brasil. E é nesse momento que se torna claro que a causa última da aceleração da taxa de inflação no Brasil deriva de incapacidade política do Governo. Essa incapacidade por sua vez, está diretamente relacionada com sua falta de legitimidade política, dado o reduzido apoio que desfruta entre os trabalhadores, a média tecnoburocracia e a própria burguesia.

Esta falta de capacidade política do Governo impede-o de arbitrar a distribuição de renda. O enorme déficit de caixa do próprio governo, causado pelo extenso sistema de subsídios às empresas, é uma prova disto. Os déficits das empresas estatais são outros. Nem mesmo seu próprio déficit e o das estatais o Governo consegue resolver. O que dizer, então, da tarefa de obrigar as empresas a se contentar com taxas de lucro um pouco menores? Isto só pode ser realizado através de medidas de contração de crédito, somadas a medidas de aumento da carga tributaria e de controle administrativo de preços, que exigem muita determinação e coragem política para serem tomadas.

Na medida em que a inflação brasileira tem um forte componente de preços administrados, a estratégia de estimular a produção ao mesmo tempo em que são tomadas medidas restritas está correta. Mas é preciso que não nos enganemos. As medidas restritas são imprescindíveis. As taxas de lucro precisam baixar dada a necessidade de aumentar os salários reais. Esta é a condição não apenas da estabilidade econômica, mas também da estabilidade política do país.

Como o processo de redistribuição de renda o processo de abertura democrática é um imperativo da sociedade brasileira atual. A elevação da taxa de inflação ao ponto de o Governo perder o controle sobre ela é uma ameaça que pesa sobre toda a sociedade brasileira. Por outro lado, qualquer paralisação nesses dois processos só contribuirão para agravar ao invés de resolver a crise. Os desafios que a sociedade brasileira hoje enfrenta são, portanto grandes. Mas não há dúvida que são superáveis desde que as empresas, os

rentistas e os tecnoburocratas aceitem uma redução razoável em suas taxas de lucro, de juros e de ordenados.(16/09)